

A CRISTIANIZAÇÃO DA POLÍTICA: elementos de análise

Prof. Dr. Álvaro Cepeda van Houten, OFM¹

Tradução de Maria das Graças Rangel Lumack (UNICAP)²

O poder no Ocidente é o que melhor se apresenta e portanto é também, o que melhor se esconde (Michel Foucault. Um diálogo sobre o poder).

Resumo

A relação entre a Política e a Religião deve ocupar um lugar privilegiado na reflexão da realidade contemporânea na América Latina. E devido à multiplicação de novas Denominações religiosas, em toda a Região, destacou-se um fenômeno particular: a aparição de Movimentos Políticos cuja base ideológica e eleitoral é uma Igreja, é um Movimento Religioso. Isso legitimou a existência de alguns setores políticos que se apresentam como salvadores do Estado, baseando suas pretensões políticas na Ética e na Moral dos grupos religiosos dos quais provêm, desonrando o ideal político que se oculta no Estado moderno.

Palavras-chave: Fé e Política, Pentecostalismo, América Latina.

Abstract

Relation between Politics and Religion must occupy a privileged place in contemporaneous reality reflection, in Latin America. And on account of religious new Denominations multiplication, in the whole Region, a particular phenomenon has stood out: Political Movements appearance, which ideological and electoral basis of is a Church, is a Religious Movement. This fact has legitimated some political sectors existence that show off themselves as State saviors, founding their political pretentions, in the religions groups Ethics and Morality which they arise from, dishonoring the political ideal that is concealed within modern State.

Key words: Faith and Politics, Pentecostalism, Latin America.

Durante a segunda metade do século XX, a sociedade colombiana observou a expansão e a diversificação de dois setores de produção cultural que se complementam e se cruzam constantemente: o

âmbito religioso e o âmbito político. Sem dúvida, os processos que possibilitaram essa diversificação têm causas muito diversas ao caráter endógeno e exógeno, entre as quais podemos destacar: os processos acelerados de urbanização e modernização ocorridos no país, as dinâmicas de exclusão e violência que tornaram vulneráveis as grandes massas que vivem nas novas grandes metrópoles.

Como se produz essa nova relação entre política e religião? Tomando por base que a modernidade tem como princípio a separação do poder religioso do poder político, a afirmação na encruzilhada desses dois domínios na atualidade colombiana parecia apoiar as hipóteses que proclamam o subdesenvolvimento e o atraso das sociedades latino-americanas. Sem dúvida, nas condições atuais da política mundial, é evidente que o âmbito religioso está muito próximo do âmbito político. Encontramos em George W. Bush, atual presidente dos Estados Unidos, um exemplo significativo de quem soube utilizar a linguagem religiosa fundamentalista, propícia aos setores mais conservadores do país, para justificar grande parte de sua política internacional.

Na Colômbia, na metade do século XIX, os grupos políticos existentes se agruparam em dois partidos, o liberal e o conservador, iniciando, assim, o bipartidarismo, que dominou por quase 150 anos. Esses partidos começaram e mantiveram uma acirrada rivalidade, expressada em alguns momentos pela guerra e, em outros momentos, pela supremacia nas urnas. Isso fez com que a Constituição do país fosse alterada por diversas vezes durante a segunda metade do século XIX, e a Carta Constitucional de 1886 fosse reformada constantemente durante o século XX. Nesse contexto político, em permanente mudança e instabilidade, encontramos a presença de formas religiosas alternativas à Igreja Católica Romana. Surgiu, na metade do século XIX, com a chegada de missionários ingleses norte-americanos, que introduzem o protestantismo histórico aproveitando o apoio dos governos liberais da metade do século, para os quais o aparecimento dos protestantes era uma oportunidade para minar o poder católico e, assim, enfrentar também o poder de seus opositores políticos: os conservadores.

Com a subida ao poder dos conservadores e a promulgação da Constituição de 1886, pára o crescimento dos protestantes por causa da proibição da propaganda religiosa, a sua presença se reduz aos colégios para as suas comunidades. Com a chegada da chamada “república liberal”, de 1930 até 1946, libera-se, de novo, o livre proselitismo religioso, e, a partir, daí surgem novas denominações, e as que mais se destacam são as do tipo pentecostal, pelas suas novas formas de culto e de doutrina².

Esse crescimento se vê ameaçado mais ou menos na metade do século XX, pela “Violência”, um período negro na história da Colômbia, que teve origem em 1948, com a morte do caudilho liberal Jorge Eliécer Gaitán, que será a causa de uma guerra bipartidária suja, oculta e não declarada, na qual morreram milhares de pessoas. Somente a partir dos anos setenta, com novas condições políticas e de segurança e com a chegada dos movimentos neopentecostais, a diversidade religiosa pôde expressar-se de uma maneira um pouco mais livre, caracterizando-se pelas grandes concentrações de fiéis, que permitiu a consolidação de grandes empresas religiosas, igrejas eletrônicas, megaigrejas (como uma expressão local de uma tendência global), organizações que constituem poderosos centros comerciais com uma infra-estrutura que se estende ao campo educativo, aos sistemas de comunicação de massa e à política. Nos anos noventa, amparado pela nova Constituição, esse processo se consolida.

Da mesma forma, o âmbito político experimenta uma mudança nas regras do jogo, com a Constituição de 1991, que possibilita o aparecimento de um sistema bipartidário que já havia dominado o cenário político nacional por mais de 150 anos, para um sistema pluripartidário, tornando possível a entrada no jogo democrático de setores que não tinham chance de possuir uma representação direta e própria até esse momento (índios, afro-colombianos, população LBGT, movimentos religiosos, movimentos comunitários, sindicalistas, entre outros).

Esses fatos acontecem na Colômbia nos anos noventa, do século XX, possibilitando que surjam e se fortaleçam as igrejas neopentecostais com seus movimentos políticos. Coincidindo com o fenômeno global em que as grandes instituições religiosas tradicionais

e os partidos políticos históricos mostram uma progressiva erosão na sua capacidade de aglutinar a população em torno às sólidas raízes de identidade e sentido.

Essa crise permite a aparição de novos atores políticos que defendem os direitos das minorias, em sintonia com as exigências globais e a lógica dos Direitos Humanos. Nesse contexto, aparecem os movimentos políticos de matriz neopentecostal, com grande semelhança entre eles mesmos e sintonizados com outra notável mudança social: a diversificação do campo político graças a um episódio sem precedentes na história da Colômbia, que se expressa na proliferação de novos partidos e movimentos políticos que tentam converter-se em alternativas de poder, questionando, assim, a predominância dos partidos políticos tradicionais.

Valeria a pena perguntar a quem serve realmente o poder político dos grupos evangélicos. Alguns elementos que podem apontar em direção a uma possível resposta podem ser encontrados nos seguintes argumentos: a) a tomada de consciência do povo evangélico nos temas que concernem à sociedade e às maiores possibilidades de transformar essas condições a partir do poder político; b) a base do trabalho evangélico são os setores desprotegidos pelo Estado, onde a igreja católica romana perdeu sua influência, ou seja, entre os grupos sociais que estão à margem da sociedade; c) o início constitucional do pluralismo; d) o enfraquecimento dos partidos políticos tradicionais; e e) a mais recente aparição dos grupos neopentecostais que vincularam as pessoas de classe média alta com formação profissional e uma visão mais ampla da sociedade e da política.

É particularmente interessante tal união entre os âmbitos político e religioso, entre outras coisas, porque, se as igrejas evangélicas e pentecostais se mantiveram à margem da participação direta na política devido a sua visão desse âmbito como inerentemente mau, como satânico. A revisão histórica nos mostra que, de todas as maneiras, sempre estiveram marcados no âmbito político como aliados naturais do partido Liberal, o que motivou as perseguições que sofreram até a década dos sessenta, estava claramente relacionada com a equação cristã-liberal-maçom, utilizada fortemente pela Igreja Católica Romana. Com a chegada do Neopentecostalismo, a visão da política é

reinterpretada a partir de uma leitura da obrigação social religiosa. Nessa visão, os cristãos não somente são chamados a participar da política, o que possibilitou o início das militâncias nas estruturas partidárias já existentes, porém estavam obrigados, como parte de seu apostolado religioso, a liderar a mudança na política, levando ao seu interior o domínio dos valores cristãos.

Essa mudança de postura é possível graças à diferença de crenças entre os movimentos pentecostais e neopentecostais. Para os primeiros, o reino de Deus está por vir, é uma promessa que dá alento à vida do crente a seguir uma moral e uma ética para poder assegurar a vida eterna junto a Cristo. Nessa concepção, Satanás é uma realidade tangível, que sempre está dentro do cristianismo para tentar e fazer cair. O campo político seria um lugar onde essas tentações teriam maior possibilidade de derrubar o homem, por isso a política se mantém afastada da vida cotidiana, porque é um lugar minado onde a corrupção, a mentira e o pecado estão diante de todos. Na visão pentecostal, a participação na política se restringe às decisões pessoais do crente, mas a instituição religiosa não deve intrometer-se, porque, ao fazê-lo, a auréola de santidade que a cobre poderia romper-se ao toque das sujeiras políticas mundanas. O pastor que se dedica à política errou de caminho e entrará no mundo da mentira e da fraude, assegurando a sua perdição na chegada futura do reino de Deus, levando com ele a sua paróquia.

Algo diferente acontece com alguns movimentos neopentecostais. A crença que guia a vida diária dessas pessoas fala do reino de Deus aqui e agora. De acordo com os valores mais clássicos do capitalismo ocidental, a proximidade com Deus se mede pela riqueza e pela prosperidade. A igreja mais próxima à verdade é a que mais seguidores tem, daí a construção das megaigrejas e o aparecimento nos meios de comunicação de massa. Os cultos reproduzem os modelos de organizações empresariais de grande êxito, seus líderes são gerentes que estão rodeados por uma competência própria do campo religioso, no qual se alcança o sucesso como forma de atrair e conservar a grande quantidade de fiéis. Com a crença de que o reino de Deus já está aqui, e com a obrigação de demonstrar, através de resultados numéricos, que estão vivendo de verdade e para entrar no mundo da política só

falta um passo. Entende-se esse passo no mundo contemporâneo pela pressa de visão, já que ser visível é a mesma coisa que existir, aquele que não se vê não existe. Dessa maneira, uma reunião de massa é mais importante que uma todos os dias³.

Como já foi dito, para estes movimentos neopentecostais, as riquezas e a prosperidade material é uma prova inquestionável e evidente da proximidade com Deus. Sob a suposição de que Deus ajuda aqueles que estão com Ele, qualquer indício de sucesso é visto como uma demonstração de que se está no caminho certo. Nesse contexto, o campo político se realiza em dois sentidos: em primeiro lugar, o homem religioso entra na política e obtém sucesso nela, somente faz sucesso porque Deus está com ele. Por outro lado, o político é reinterpretado pela crença no reino de Deus aqui e agora; portanto, os escolhidos têm a responsabilidade moral e ética de intervir nos assuntos mundanos para guiar os demais a viver de acordo com os preceitos do que deve ser um cristão e, além disso, porque há uma responsabilidade social a partir do âmbito religioso para evitar que a corrupção, a mentira e a fraude sigam ferindo as pessoas. Deve-se “cristianizar a política” para uma maior glória do reino de Deus.

Com a finalidade de melhorar a política, os cristãos percorreram um longo caminho. O primeiro grupo que entrou para a política foi a Missão Carismática Internacional, com Claudia Rodríguez de Castellanos quem lançou sua candidatura para a Assembléia de Bogotá em 1989. Em 1990, aproveitando essa experiência prévia, Claudia e seu marido, o pastor Cesar Castellanos, acreditavam que o Partido Nacional Cristão (PNC) é o primeiro movimento político de matriz religiosa na Colômbia. Nesse ano, Claudia foi candidata à presidência da República e obteve o quinto lugar com 33.645 votos, entre onze candidatos. Para a especialista política Daniela Helmsdorf, as motivações dos Castellanos para participar desse processo eleitoral tinham que ter um empenho “claramente partidário, ou seja, quiseram aproveitar o espaço televisivo dado aos candidatos presidenciais (...) para ganhar adeptos...” Seja como for, o interessante dessa primeira incursão na política partidária tem a ver com a resposta que se dá aos vários desafios da sua atuação. O Partido Nacional Cristão é fundado como um apêndice político da Missão Carismática Internacional, por-

tanto, desde o início, seus postos de direção são os mesmos que os da igreja. Mas tem uma particularidade a mais, que depois encontraremos em quase todos os outros movimentos políticos de matriz religiosa: ausência quase total de estruturas e formas democráticas internas.

As estruturas desses movimentos reproduzem a ordem hierárquica das igrejas: os escolhidos para ocupar os cargos públicos são os familiares e as pessoais mais próximas e unidas aos líderes religiosos, quando não são eles mesmos. O nepotismo é uma característica própria desses grupos, e o tráfico de influências por alianças do tipo matrimonial está na ordem do dia. Como exemplos dessa atitude citamos: Claudia Rodríguez, esposa do pastor Cesar Castellanos no PNC; Jimmy Chamorro Cruz, filho de Néstor Chamorro Pesantes e de Betty Cruz de Chamorro, líderes e pastores da Cruzada Estudantil e Profissional da Colômbia (CEPC); e Alexandra Moreno Piraquive, filha de María Luisa Piraquive de Moreno e de Luís Eduardo Moreno, fundadores da Igreja Ministerial de Jesus Cristo Internacional. De acordo com Pierre Bourdieu, há uma clara reestruturação do capital de bens simbólicos acumulado no âmbito religioso, numa inversão no âmbito político. Para que tal inversão seja efetiva, ou seja, para que a reestruturação do capital religioso em capital político seja possível, é necessário adotar as regras do jogo próprias do campo político, por isso adotam as formas democráticas (partidos, movimentos, consultas internas, etc.), mas há falta de uma lei que exija a democratização interna dos movimentos. O que temos é um invólucro que cobre um fundo autocrático altamente hierarquizado e que corresponde às normas próprias do âmbito religioso e do âmbito político democrático.

Há, sem dúvida, um partido diferente dos demais: o Movimento de União Cristã. É o resultado da negociação dos integrantes da Confederação Evangélica da Colômbia, CEDECOL, fundada em 1980, que agrupa várias igrejas. Isso foi possível graças ao clima político que se vivia na Colômbia, no final da década de oitenta, quando a corrupção, a violência dos narcotraficantes e a degradação social chegaram a níveis inimagináveis. Nesse contexto, os membros do CEDECOL vinham discutindo a possibilidade de participar, de alguma forma, em política, buscando “cristianizá-la”. O experimento do Partido Nacional Cristão com Claudia Rodríguez, em 1989 e em 1990, abriu as

portas da participação em processos eleitorais. Por volta de 1990, a briga eleitoral para uma Assembléia Nacional Constituinte é o espaço que permite a consolidação da proposta política. Sob as bandeiras da diversidade religiosa tentando receber o mesmo tratamento dado a Igreja Católica Romana, os evangélicos realizaram um acordo e apresentaram uma lista unificada de coalizão entre o Partido Nacional Cristão e o Movimento União Cristã. Os resultados foram excelentes, com uma votação de 115.201 votos, a lista liderada pelo presbiteriano Jaime Ortiz Hurtado, do MUC, com Arturo Mejía Borda, do PNC, em segundo lugar, foi uma das melhores votações. Essa aliança só se manteve durante o processo eleitoral, porque, durante a Constituinte, foram evidenciados conflitos de interesses que se frustraram com a coalizão. Sem dúvida, os representantes escolhidos tiveram um papel destacado na Primeira Comissão, com que se debateu o que concernia aos direitos, deveres, garantias e liberdades dos colombianos.

Até aqui vimos como os movimentos políticos de matriz neopentecostal reúnem os interesses privados e os apresentam como interesses comunitários. A legitimidade dos líderes políticos surgidos desses movimentos descansa na lógica própria da legitimidade da igreja. É a proximidade com Deus, a comunicação direta com Ele, que permite a um pastor, ou a um indicado seu que tenham a possibilidade de representar toda a sua comunidade. Os mecanismos democráticos de participação, eleição e representação estão completamente ausentes dentro desses movimentos, e a má interpretação de tais mecanismos chegou ao ponto de realizar consultas internas com um só candidato. Essa consulta tem a finalidade de avaliar o potencial eleitoral, transformando a idéia inicial desse mecanismo, que deveria permitir a democratização da vida política dos partidos e movimentos políticos ao apresentar ao cidadão várias opções eleitorais internas. Um exemplo claro disso ocorreu com o Movimento Independente de Renovação Absoluta (MIRA), que participou das consultas internas dos partidos políticos, propondo aos seus eleitores o nome do vereador Carlos Alberto Baena como pré-candidato único para a Prefeitura de Bogotá. O cidadão fiel é, então, o centro de um problema político: sua decisão política está mediada por sua fidelidade religiosa: como crente, pode sentir-se no dever de apoiar a causa do seu pastor.

Como mostrar a relação líder religioso-fiel, líder político-cidadão? Em termos gerais, assistimos aqui à tensão entre duas dinâmicas que atuam de forma simultânea: por um lado, há um processo de secularização do Estado, cuja finalidade é a racionalização do exercício da democracia, e, por outro, um processo de diversificação do campo religioso, no qual surgem movimentos confessionais com grande poder de convocação sobre os diferentes setores da população e que fragmenta os grupos sociais, divide-os e contrapõem-nos. A dinâmica do âmbito religioso tem laços que estreitam a relação entre a política e as crenças, o que recupera as formas de legitimação do poder político a partir das instituições religiosas.

A legitimação do político a partir o âmbito religioso favorece a implementação e manutenção de um dos vícios políticos mais frequentes na América Latina: o clientelismo. Na Colômbia, o clientelismo é uma forma antiga de fazer política. Desde o início do sistema republicano, a forma econômica predominante, a fazenda, favoreceu as relações de poder assimétricas entre os patrões ou caciques (proprietários das fazendas e verdadeiros senhores feudais) e os co-proprietários (arrendatários de terras que tinham nos caciques a sua força de trabalho). Esse esquema possibilitou a aparição de um modelo de clientelismo no qual o cacique pertencia a um dos dois partidos políticos (liberal ou conservador), e os serviços sob o seu controle deviam ter as mesmas convicções políticas. Como resultado final, a filiação a um ou a outro partido era o centro da vida diária da maioria dos colombianos, e as rivalidades partidárias polarizaram a tal ponto o país, que as guerras civis do século XIX e grande parte da violência do século XX se originaram dessa rivalidade. O clientelismo atuava através da imposição de uma ordem do mundo ao co-proprietário por parte do patrão: aquele que não votava como se ordenava sofria as conseqüências, o seu fim era o desterro ou a morte.

Desde então, esse tipo de clientelismo progrediu e mudou. As condições políticas, sociais, e, sobretudo, econômicas, variaram as correlações de forças ao fazer variar o mapa demográfico do país. Já na metade do século XX, o processo de urbanização, acelerado pela violência que produziu deslocamentos em massa de agricultores para a cidade e associado ao processo de instalação e consolidação de uma

incipiente indústria, provocou uma queda nas relações de poder. A estrutura social tinha agora grandes quantidades de pessoas que viviam nas cidades, protegidas pelo anonimato e apoiadas, parcial e debilmente, por um Estado que pretendia imitar os grandes benefícios do modelo de bem-estar estabelecido na Europa e nos Estados Unidos. O clientelismo mudou de forma: agora, a compra de votos por benefícios materiais concretos (dinheiro, obras públicas, cargos públicos, cotas escolares, cimento, telhas, madeira, etc.) substituiu o esquema anterior, o clientelista agora comprava os votos e pagava-os. Tudo isso acontecia quando a classe política sofria com uma perda acelerada de legitimidade pelos acordos alcançados para a consolidação da Frente Nacional (1958-1974), que tornaram homogêneos os discursos partidários e por abortar qualquer possibilidade para distinguir entre as propostas de um ou de outro movimento.

No final dos anos oitenta, um novo elemento econômico, com alcances sociais e políticos fez mudar de novo todo o panorama. Agora, a abertura econômica e o processo de globalização (no sentido mais amplo) trouxeram as idéias de um Estado regulador, o Estado benfeitor desaparecia e com ele a possibilidade de pagar os votos com bens estatais. Agora, o clientelismo muda de forma outra vez: os compradores de empresas estatais e os provedores de serviços comprometidos com os funcionários que desenharam as políticas públicas para os processos de privatização são os fornecedores do dinheiro para as campanhas e a compra de votos.

Nenhuma das formas anteriormente descritas desapareceu da Colômbia; atualmente, há uma mistura delas. Agora se deve acrescentar um novo tipo de clientelismo: o que surge da relação entre política e religião. A descrição que já fizemos da relação entre o âmbito político e o religioso serve de base para falar da relação clientelista que se estabelece entre cidadão-fiel e o líder político-religioso. No âmbito religioso, a relação entre pastor e sua congregação está baseada no carisma que possui o primeiro para convencer os demais sobre sua visão de mundo. Nesse sentido, estabelece-se um vínculo de dependência, pelo qual os fiéis se convertem no “rebanho”, que esperam ser conduzidos por seu “pastor” ao caminho da salvação. Os fiéis vêem no testemunho e na mensagem do seu líder, o caminho para estar com

Deus. Desse modo, o pastor é o guia que ilumina o caminho da congregação, Deus lhe fala constantemente, aconselha-o para que ele, por sua vez, governe a sua comunidade, o que nos permite teorizar que a legitimidade do movimento político repouse sobre a legitimidade do movimento religioso. Os pastores oferecem aos seus fiéis bens simbólicos de salvação, e estes últimos, votos em troca de estar na graça divina. Dessa maneira, o âmbito religioso é redirecionado e utilizado no âmbito político.

A operação é relativamente simples. O pastor ou seu escolhido (normalmente alguém da sua própria família) são bastante conhecidos pela comunidade religiosa, o qual tem um laço afetivo de dependência psicológica muito forte com essas pessoas, o que facilita o redirecionamento do capital religioso para o capital político, já que a confiança permite ao pastor (ou ao seu escolhido) convencer mais facilmente os fiéis de que sua atividade religiosa garantirá limpeza e transparência na atividade política. Por essa última razão, ao apresentar o projeto político, percorrem-se os lugares comuns mais conhecidos: a política como um lugar corrupto, sujo, no qual reina o demônio e que afeta a todos por igual. Também se recorre à violência, vista como um castigo por todos os pecados cometidos pelos políticos, os escândalos de corrupção por narcotráfico ou por relações com organizações ilegais. Tudo isso é visto como prova irrefutável da presença de Satanás, tão só um homem que superou todas as provas e que é capaz de enfrentar e vencer a tentação pode fazer algo: o pastor ou seu escolhido.

As decisões políticas dos líderes carismáticos não podem ser questionadas por seus seguidores já que são produto da revelação da vontade de Deus através do Espírito Santo. Em outras palavras, personagens como Claudia Rodríguez de Castellanos e María Luisa Piraquive legitimam a sua participação na política por meio de profecias e revelações que receberam, segundo elas, como mediadoras privilegiadas na administração dos dons espirituais, o que também justifica o ingresso no âmbito político, como resposta a uma ordem divina.

Como impedimento de todo o anterior, podemos dizer que todos os clientelismos atuam sob uma base de chantagem: o clientelista coage o cliente, que deve atuar de acordo com o combinado, caso

contrário, não só se perdem os benefícios esperados, como podem advir graves conseqüências. Essa relação política se difunde no âmbito econômico, ameaça a ordem e a estabilidade social. O cliente sempre vive sob a pressão de perder algo mais que o bem oferecido em troca do seu voto. No caso do clientelismo religioso, o fiel que não vota de acordo com os desígnios ditados pelo seu pastor é culpado pela continuidade de todos os problemas sociais. Nesse caso, é igualmente culpado pela ação (ser corrupto, roubar as verbas públicas, etc.) como por omissão (não votar em “cristianizar a política”).

A modificação do discurso para poder participar da política se situa no âmbito do mundano e do sujo, já não se enfatiza a denúncia da corrupção e do pecado vinculado a este, porém na missão dos crentes de salvar ou purificar este mundo, que esteve, por tradição, nas mãos do mal. Em outras palavras, que a missão religiosa dessas organizações consiste, de certa forma, em cristianizar a política através de um respaldo em uma bem fundada ética individual: se os que governam temem a Deus e O têm em seus corações, governarão com honestidade e justiça.

Também está claro que os movimentos religiosos aprenderam a negociar os votos de que dispõem, diante do caráter massivo de algumas congregações pentecostais e o paradoxo que os representa necessita da competência eleitoral para propor um candidato presidencial do seu próprio movimento com expectativas reais de chegar ao poder. O voto dessas congregações religiosas se tornou um bem muito cobiçado pelos candidatos dos partidos. Isso serviu para que fossem realizadas transações clientelistas favoráveis aos interesses dos líderes dessas organizações, como ocorreu com os laços estreitos entre o Presidente Álvaro Uribe Vélez e a Missão Carismática Internacional, que levou Claudia Rodríguez de Castellanos a ser nomeada embaixadora da Colômbia no Brasil, cargo que perdeu pouco tempo depois, segundo noticiou o Jornal *El Tiempo* (O Tempo), no mês de agosto de 2005, porque “havia descuidado da missão diplomática para dedicar-se a suas tarefas religiosas”.

É possível afirmar que os movimentos neopentecostais não constituem uma proposta nova no leque político colombiano, pois seus programas não representam uma alternativa diferente (política, econômica

e social). Tudo indica que o interesse dos seus líderes na política parece estar nos anseios pessoais de poder na reivindicação de suas prerrogativas como minoria, aparecendo, dessa forma, como defensores do *status-quo* e, portanto, convertendo-se em peças essenciais na engrenagem do sistema político.

Atualmente, a Colômbia é terra fértil para que germinem propostas políticas interessadas em reafirmar versões pré-modernas no exercício do poder, baseadas na submissão às hierarquias religiosas e na negação da autonomia individual. Assim, fica em segundo plano sua aparente novidade quando se descobrem afins o cotidiano e os modos de proceder próprios de organismos como a Igreja Católica Romana e os partidos políticos históricos. Não podemos desconhecer a importância dos âmbitos econômico e social, que atravessam todos os âmbitos da ação neopentecostal. Ou seja, que os movimentos confessionais de novo formato adquiram, na sua intenção de crescimento, um capital simbólico que se refere, em princípio, aos bens simbólicos de salvação, que depois são distribuídos por todos os campos do jogo social.

Assim, achamos que, na Missão Carismática Internacional e na Igreja de Deus Ministerial de Jesus Cristo Internacional, seus fundadores experimentaram uma vertiginosa subida no censo social, que se manifesta no reconhecimento do seu poder religioso e na conquista do poder econômico, o que permitiu a acumulação de bens terrenos com relação à prática da Teologia da Prosperidade. Seus líderes tornam legítima a subida social e econômica através da titulação universitária, ultrapassando, por último, a sua influência e visão social no âmbito da política.

Todo esse crescimento social, econômico e político está justificado na doutrina pós-milênio dos movimentos religiosos neopentecostais, que favorece duas buscas por parte dos fiéis religiosos: a prosperidade econômica, o poder terreno explicados na sua pretensão de serem os legítimos herdeiros do Reino de Deus, que já está na terra. Dessa maneira, os neopentecostais perseguem as mesmas metas da sociedade de consumo e tornam-se essenciais para o sistema, opondo-se a uma transformação reformista ou revolucionária das estruturas políticas, em oposição, por exemplo, com a proposta

da Teologia da Libertação, que se interessa pela transformação radical e libertadora das estruturas sociais atuais porque são obstáculos à realização do Reino de Deus.

Por outro lado, as diferenças entre a organização religiosa e o movimento político são poucas, porque, durante a campanha eleitoral, toda a base religiosa se molda às exigências da empresa política transformando os líderes espirituais em líderes políticos e os meios de divulgação religiosa em dispositivo de proselitismo político. Ainda mais, seus principais dirigentes espirituais surgem agora como os novos salvadores da política, mostram-se como os protagonistas das novas práticas e nas regras do jogo e criam novas normas que dinamizam esse âmbito.

Sem dúvida, essas pessoas não questionam a ordem política atual. De acordo com Bourdieu, estas são estratégias políticas conservadoras que justificam o sistema político e econômico dominante e, em particular, a dinâmica eleitoral. Assim, os programas políticos dos candidatos pentecostais passam a um segundo plano, pois o essencial para seus eleitores não são seus projetos políticos e sim a qualidade de sua experiência religiosa (testemunho religioso) e, por cima de tudo, seu carisma. A incursão política dos grupos de matriz neopentecostal está baseada na avaliação dos acontecimentos por parte do líder. Um exemplo disso é a atuação do C4 em 1998, apesar de que o Partido Liberal era o aliado tradicional das expressões não católicas. Nesse ano, Jimmy Chamorro Cruz entra para fazer parte da coalizão dos congressistas, conhecida como a Grande Aliança para a Mudança, de tendência conservadora, que logo se dissolveu no ano 2000 diante da determinação do presidente Andrés Pastrana Arango de estimular um referendo com a dissolução do Congresso nesse mesmo ano.

Evidentemente, a presença dos partidos e movimentos políticos de origem neopentecostal contribuiu para ampliar a quantidade de opções nos redutos eleitorais, mas seus discursos, programas e, especialmente, sua forma de fazer política, não representaram uma mudança substancial com as tradicionais estruturas de poder e sujeição a que se viu submetida a população colombiana. Não há democracia dentro desses grupos político-religiosos. A forma de legitimar a presença po-

lítica está muito longe da lógica própria do desenvolvimento ético e racional da política moderna.

O anterior confirma a presença de elementos (na dinâmica dialética) que atuam entre o âmbito religioso e o âmbito político, seguindo a proposta teórica de Bourdieu: a entrada na política partidária de todas as organizações religiosas estudadas, transformadas em movimentos políticos, trouxe vantagens estratégicas de fortalecimento no âmbito religioso por uma maior visibilidade adquirida pelos seus líderes, de maior acesso aos meios de comunicação de massa que implica também mais publicidade, mais e melhor difusão de suas mensagens, diversos favores e privilégios políticos e, sobretudo, uma notável subida do âmbito religioso.

Não há dúvida de que cada um dos movimentos políticos apresentados sustenta sua notoriedade política nas possibilidades que lhes dá o respaldo de uma comunidade religiosa estável e numerosa, isto é, seu poder político eleitoral está garantido pelo seu capital religioso. Em última instância, não só há aqui uma transformação de capital nos dois lados (do religioso ao político e vice-versa), porém as oportunidades de êxito tanto das organizações religiosas quanto dos movimentos políticos, em cada um dos seus campos, estão condicionadas, de certa forma, à relação dialética segundo a qual o religioso influi no político e o político influi no religioso.

Os movimentos políticos de matriz neopentecostal são os resultados de um processo de democratização da Colômbia. Esse processo é o resultado das muitas exigências de muitos grupos sociais que, até a promulgação da Carta Constitucional de 1991, não haviam tido a oportunidade de ter representação política própria. Sem dúvida, a oportunidade aberta pelo constituinte se converteu na oportunidade que muitos estavam esperando para começar a competir com as elites políticas tradicionais pelo dinheiro público e pelos privilégios destinados aos que ostentam os cargos públicos políticos. O caso dos movimentos políticos aqui analisados é um claro exemplo de oportunidade política, onde uma congregação religiosa é usada pelo seu líder como clientela política, que lhe assegura poder e capacidade de negociação no âmbito político. A idéia de modernizar e ampliar o espectro democrático sofre uma grave deterioração, quando vemos as estruturas in-

ternas desses movimentos, em que o nepotismo e a dependência messiânica do líder religioso fazem com que as pessoas dependam da lógica religiosa para tomar suas decisões políticas. Essa situação é particularmente grave, já que os cidadãos que vivem nessas condições são pessoas que, na sua grande maioria, pertencem a populações vulneráveis, circunstância aproveitada pelos líderes religiosos para converter seus fiéis em votos. Isso deteriora a vida democrática, ao introduzir, na validação e legitimação do campo político, a lógica metafísica do campo religioso. O eleitor é fiel e seu critério de avaliação política está mediado pela mensagem que o líder assegura receber de Deus, o que nos leva à situação medieval de avaliar o poder temporal a partir do poder espiritual, rompendo os modelos próprios da modernidade, da racionalidade e eleição razoável.

Os movimentos políticos de matriz neopentecostal, iguais a outros movimentos políticos surgidos na busca pela democratização da vida contemporânea, não devem desaparecer. Pelo contrário, os espaços abertos devem fortalecer-se através de uma lei que regule os comportamentos políticos no interior deles, para que a lógica dominante seja a do jogo democrático moderno, instituindo processos de eleição e participação que obriguem e permitam a disputa entre as várias posições políticas.

Finalmente, eu gostaria de deixar registrados alguns elementos que apareceram constantemente ao longo da pesquisa e que possibilitaram esta conferência, e que, com segurança, pode-se estender a qualquer estudo similar na América Latina.

a) Para poder realizar o trânsito de grupo religioso para movimento político com algum grau de sucesso, é necessário dispor de muitos e cativos paroquianos. O que torna isso possível para as chamadas megagregas ou igrejas eletrônicas, é que elas dispõem de duas vantagens: primeiro, o fato de dispor de uma grande quantidade de votos e, em segundo lugar, a possibilidade teológica aberta pelas correntes neopentecostais para participar da política. Esses dois elementos fazem com que a decisão de entrar para a política surja como um recurso “natural” da missão e da visão religiosa.

b) Os grupos religiosos, e as igrejas cristãs em geral, fazem uma nova leitura do político, tomando por base a mudança teológica da

responsabilidade social cristã. Especialmente os movimentos religiosos neopentecostais, alicerçados na ética da “teologia da prosperidade”, vêem o político como um âmbito a mais dentro do qual é possível pôr em prática os seus valores.

c) Essa nova leitura do político tem um contexto que o torna possível. Toda a América Latina experimenta, desde a metade dos anos oitenta, um auge de mudanças constitucionais, cujo âmbito político se destaca com os avanços na defesa dos direitos (especialmente as declarações de defesa da diversidade), da relação entre os cidadãos e o Estado e, no desenho constitucional do Estado (sistema de contrapartidas, controles e reestruturação do sistema judicial).

d) Um dos pontos esclarecidos especificamente em quase todas essas novas constituições está relacionado com o processo histórico de separação entre o âmbito político e o âmbito religioso, mais precisamente com a separação entre as igrejas (qualquer que seja) e o Estado. O ponto fundamental dessa separação é a racionalidade política, que deve deter o cidadão para realizar sua escolha política. Essa racionalidade é a base da legitimidade no âmbito político. Esse processo racional se contrapõe historicamente ao processo medieval de legitimidade monárquica, que se sustentava em Deus. Sem dúvida, com o processo de “cristianização da política”, esse argumento de modernidade desaparece, porque a legitimidade dos candidatos dos movimentos político-religiosos repousa na legitimidade religiosa do pastor, ou seja, em sua capacidade de comunicação com Deus e de seguir seus desígnios.

Notas

¹ Diretor do Departamento de Humanidades (CIDEH), Universidad de San Buenaventura, Bogotá (Colombia), onde coordena também o Pólo de Estudos sobre Diálogo Inter-religioso, sob auspícios da FIUC, em vista de uma Rede Latino-americana de Estudos sobre a Pluralidade e o Diálogo entre Culturas e Religiões.

² Em 1937 chegou à Colômbia a Igreja Pentecostal Unida. Cf. <http://www.ipuc.org.co/>

³ LIPOVETSKY, Gilles. **La era del vacío**. Barcelona: Anagrama, 1987.

Referências

AUGE, Marc. **Diario de guerra**. [S.l]: Editorial GEDISA, 2002

BASTIAN, Jean Pierre. **La mutación religiosa en América Latina**. México: F.C.E, 1997.

BELTRAN, William Mauricio. **De microempresas religiosas a multinacionales de la fe: la diversificación del cristianismo en Bogotá**. Bogotá: Editorial Bonaventuriana, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Genèse et structure du champ religieux. **Revue Française de Sociologie**. Décembre 1971. p. 295-334.

BUCANA, Juana de. **La Iglesia evangélica en Colombia: una historia**. Santafé de Bogotá: Pro-cruzada Mundial, 1995.

BIDEGAIN, Ana María (compiladora). **Historia del cristianismo en Colombia: corrientes y diversidad**. Bogotá: Taurus, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **La era del vacío**. Barcelona: Anagrama, 1987

WEBER, Max. **La ética protestante y el espíritu del capitalismo**. Barcelona: Península, 1992.

Endereço para contato:

E-mail: acepeda@usbog.edu.com